

-----**ACTA N.º 216**-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e doze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1 – Período de antes da Ordem do Dia-----

- 1.1 – Comunicação escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 – Correspondência-----
- 1.3 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório de Actividades 2011-----
- 1.4 – Município de Mirandela – Comunicação-----
- 1.5 – Acta n.º 215 de 17 de Fevereiro de 2012-----
- 1.6 – Intervenções-----

2 – Período da Ordem do Dia-----

- 2.1 – Reforma da Administração Local – Análise-----
- 2.2 – Património-----
- 2.3 – Prestação de Contas-----
- 3 – Outros Assuntos-----

4 – Período Destinado ao Público-----

----- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros: -----

- 1. Albino Tavares de Pinho -----
- 2. Alexandre Fernandes Tavares -----
- 3. Alexandre Paulo Tavares Machado -----
- 4. Ana Raquel Machado e Costa -----
- 5. António da Silva Portela -----
- 6. Belmiro Manuel Marques -----
- 7. Carla Susana Marques do Carmo -----
- 8. Carlos Alexandre Arede da Silva -----
- 9. Cipriano de Arede Nogueira -----
- 10. Cláudia Maria Rodrigues da Silva -----
- 11. Claudino da Fonseca Soares -----
- 12. David Dias Cabral -----
- 13. David da Silva Alves -----
- 14. Ercília Maria Marques Pedro -----
- 15. Fernando da Silva Oliveira -----
- 16. Harolde Soares da Silva Balaias -----
- 17. Isabel Maria Soares dos Santos -----
- 18. João Pereira Henriques -----
- 19. José Carlos Ribeiro de Sousa -----
- 20. José Luís da Silva e Almeida -----
- 21. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----
- 22. Júlio Martins Fernandes -----
- 23. Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----
- 24. Mário Coutinho Martins -----
- 25. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----
- 26. Renata Liliana da Costa Marques -----

27. Rui Manuel de Jesus Nunes -----

28. Rui Manuel Pires da Silva -----

29. Sandra Henriques da Silva -----

----- Faltou à sessão Marco Nuno Tavares Rocha e Joana Patrícia da Silva Rodrigues, que remeteu comunicou a sua ausência. -----

----- Na sequência da comunicação apresentada por Joana Patrícia da Silva Rodrigues, ao abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada através da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e art.º 56º do Regimento, foi convocado através de protocolo, nos termos do art.º 79º do mesmo diploma e art.º 57º do Regimento, o senhor Alexandre Fernandes Tavares, que a substituiu nesta sessão.-----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, João Miguel Tavares de Almeida, Acácio Rodrigues Barbosa e Celestino Ferreira da Costa Martins, Vereadores.----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----1 - **Período Antes da Ordem do Dia**-----

----- **1.1 – Informação Escrita do Presidente da Câmara:** Apresentado o documento e dada a palavra ao presidente da Câmara Municipal que deu uma explicação relativamente ao conteúdo do mesmo, prontificando-se a prestar qualquer esclarecimento adicional caso os membros presentes formulassem questões sobre a informação exarada no documento oportunamente disponibilizado.-----

Atendendo ao facto de não terem sido colocadas questões, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

----- **1.2 – Correspondência:**-----

----- **1.2.1 – Comunicações de Falta:** Foi comunicado que os membros Marco Nuno Tavares Rocha e Joana Patrícia da Silva Rodrigues tinham remetido, por escrito, as justificações das suas faltas à presente sessão da assembleia municipal.-----

----- **1.3 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório de Actividades 2011:** - Através do documento remetido ao Presidente da Assembleia Municipal foi dado conhecimento ao órgão deliberativo do Relatório de Actividades de 2011 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.-----

1.4 – Município de Mirandela – Comunicação: - O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do ofício datado de 22 de Março de 2012, remetido pelo Município de Mirandela, dando conhecimento de um debate sobre Assembleias Municipais que irá realizar-se no dia 26 de Maio de 2012 e pedindo a divulgação do mesmo entre os membros da Assembleia Municipal de Sever do Vouga.-----

1.5 – Acta n.º 215 de 17 de Fevereiro de 2012: - Foi submetida à apreciação a acta n.º 215, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, tendo ficado dispensada a sua leitura.-----

----- Depois de colocada a acta da sessão anterior à apreciação a mesma foi aprovada por maioria, com a abstenção de Carla Susana Marques do Carmo.-----

----- Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal, a pedido do Presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, quis estender um convite a todos os membros para a inauguração da estrada que faz a ligação entre a Ermida e Pessegueiro do Vouga (E.N. 569) a ter lugar no próximo dia 1 de Maio de 2012, pelas 15:00 horas. -----

----- Aproveitou, também, para informar os membros de que, aquando da sua visita a Montmagny, visitou alguns equipamentos sociais, culturais e desportivos e, efetivamente, para um Município daqueles, tão perto de Paris, as infraestruturas são muito inferiores às nossas e muito simples. -----

----- Depois, o presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo por ordem de inscrição.-----

----- Após a anotação de todos os registos, passou-se ao período de intervenções.-----

1.6 – Intervenções:-----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos começou por intervir **Rui Manuel Pires da Silva**, dizendo que não queria imitar ninguém, mas, pretendia dar uma primeira palavra para o que foi comemorado há muito poucos dias, o 25 de Abril. É sempre bom recordar-se o facto de estarmos numa democracia, ou seja, em liberdade. Disse falar por si, pois não sabe o que é viver sem liberdade. Para quem viveu noutros tempos, claramente, valorizará de outra forma aquilo que valoriza agora. A seguir, dirigiu-se ao presidente da câmara, para dizer que, na sequência da comunicação escrita, tinha ficado contente por saber que houve um entendimento em Cedrim por causa dos terrenos na zona das Eiras e “vamos ver se, finalmente, esta candidatura poderá ser aprovada para requalificação daquele espaço que é nosso património e, acima de tudo, nossa obrigação lutar por ele e defendê-lo”. ----- Quis, também, questioná-lo sobre um aspeto. Em Cedrim, aquele projeto da estrada da Igreja à Lomba, para já ficou onde está, acabou por não se rasgar mais nada, sabendo que os tempos não são de muito dinheiro, mas desejou saber se há alguma intenção de aprovar ou não o projeto. -----

Depois, referente à Casa Mortuária, quase concluída, falta apenas o asfaltamento da zona. Perguntou se estava prevista a realização desse trabalho. -----

A seguir, na E.N. 16, onde deflagrou um incêndio, ficaram bastantes arrancas secas e ramos a pender para a estrada e a ameaçar perigo. -----

Uma pequena nota, felizmente algumas delas já resolvidas, um pouco pela força das obras que estão a decorrer no centro da vila, o piso vai ficando cada vez mais degradado e é desagradável para os condutores”. Teve o cuidado de comunicar essa situação à vereadora Elisabete e ficou resolvido. -----

Há uma estrada em Paçô, que vai da Capela até Fontelas que tem meia dúzia de buracos grandes que ficariam resolvidos com um pouco de alcatrão ou massa betuminosa a frio. ----

Depois, dirigindo-se ao presidente da câmara, disse que “na última Assembleia Municipal falou sobre o Conselho Municipal de Segurança mas parece que aquilo que disse não deve ter valido muito porque continuamos sem haver Conselho Municipal de Segurança e não que entenda isto como uma crítica, porque é mais como uma preocupação”, sabendo que pouco se pode fazer ou há poucos recursos. Mas, pelo menos, ficaria de consciência tranquila por poder partilhar as suas ideias. Achando que deveriam seriamente pensar que se está a chegar a uma época de incêndios e que, infelizmente, Sever do Vouga não é nada poupada a esse flagelo. O Conselho Municipal de Segurança pode servir para o tratamento de vários assuntos: a taxa de alcoolémia nos jovens, o funcionamento de alguns bares, entre muitas outras coisas que nos começam a preocupar, principalmente aos jovens. -----

Depois, dirigindo-se ao presidente da assembleia municipal, disse que já se visitou a barragem, o projeto da VougaPark e gostou do que viu, mas ficou preocupado, porque vê um projeto muito bom com infraestruturas grandes, mas tem pena se aquilo não for sustentável, porque fazendo as contas por alto à despesa que aquilo vai representar mensalmente, tem sérias dúvidas que seja um projeto de continuidade. Achava que se deve parar para pensar e alterar um pouco as origens que aquilo teve para se conseguir requalificar aquele espaço para outras áreas, porque, conforme está a economia deste país, poderá não ter a rentabilização desejada. Deu os parabéns à VougaPark por mais um parceiro, a Escola Profissional de Aveiro, que é uma escola com sucesso, muito reconhecida pela qualidade dos seus alunos. -----

Aproveitou para solicitar ao presidente da assembleia municipal, uma vez mais, a visita ao Agrupamento de Escolas. -----

Por último, disse ter várias ideias para a Ficavouga, designadamente para a parte financeira, que é aquela que mais preocupa o executivo. Mas, “uma coisa é certa, senhor presidente, às vezes é melhor termos a despesa e mostrar o nome de Sever do Vouga para fora e, de facto, a Ficavouga é uma excelente carta de apresentação do nosso concelho. Sever do Vouga começa, também, a ser conhecido pela Feira do Mirtilo e não podemos olhar só a custos”. Portanto, disponibilizou-se a apresentar as suas ideias sobre aquele evento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio para esclarecer algumas situações que lhe foram colocadas pelo membro Rui Silva. Relativamente à visita ao agrupamento de

escolas disse, que iria, mais uma vez, endereçar o pedido à senhora diretora, achando que, agora, como as obras estão na fase final, deve ser mais fácil agendar a visita. Quanto ao Tribunal, assunto evidentemente recorrente, disse que também esteve presente na reunião e sabia que o presidente da Comarca do Baixo Vouga sentiu-se, talvez, ultrapassado, e ficou muito aborrecido e sentido pelo seu grupo de deputados ter visitado o Tribunal sem a sua autorização. Foi um assunto falado na reunião da assembleia intermunicipal e permitiu-se chamar a atenção do presidente da CIRA para a especificidade do nosso caso. Finalmente, sobre o VougaPark, da parte que lhe cabia, é certo que nasceu numa certa conjuntura e agora a perspetiva será a mesma ou até mais ambiciosa, mas diferente. Pensa que devemos confiar nos promotores e nos acionistas e não devemos pôr a hipótese que o deputado Ulisses Pereira colocou para o estádio de Aveiro. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que, começou por dar resposta sobre o assunto da VougaPark, dizendo que é verdade ter surgido numa determinada conjuntura e apostou-se naquele projeto, até porque há um novo parceiro, sobre o qual já foi dada alguma notícia na comunicação escrita. Apesar das circunstâncias não serem fáceis, considerou que não iriam desanimar. No entanto, o problema maior prendia-se com a nova lei das empresas municipais e já foram realizadas reuniões, na ANMP, com outros municípios que têm empresas municipais, por ser possível que o leque de empresas municipais, que possam manter-se em funcionamento, passe a ser muito reduzido. A proposta desse diploma ainda irá ser substancialmente alterada, daí não se saber exatamente o que vai acontecer. Se a empresa tiver de ser extinta, terá de transitar todo o património para o Município. As ocupações das instalações terão de ser feitas gradativamente, porque um equipamento daqueles traz uma despesa muito grande. -----
Tivemos um apoio muito grande do presidente da CCDR, que gostou muito do que viu quando cá esteve e vai-nos ajudar. Vamos dando notícias daquilo que se passar e aceitamos, obviamente, todas as ideias que tiverem, porque toda a colaboração da oposição será aceite. -----

Mudando de assunto e relativamente à FICAVOUGA, disse que já há muitos anos, existiu um vereador da oposição que se disponibilizou para fazer parte da organização e não houve problema nenhum. Foi criado um grupo de três vereadores que organizaram o evento e, se alguém estiver disponível para isso, não será colocado obstáculo algum. Aliás, se tiverem algumas ideias para redução de custos, é isso se pretende. Gostava muito que a Ficavouga não acabasse, até porque foi o seu executivo que a lançou e ficava triste se ela tivesse que acabar. Se tiver que, obrigatoriamente, acabar por algum motivo, incluindo financeiro, terá de se tomar essa decisão. É necessário ver o que diz a regulamentação da nova lei dos compromissos, que já está a condicionar o funcionamento e a aquisição de bens correntes de alguns municípios da região. Aproveitou para transmitir e dizer aos presidentes das Juntas de Freguesia que iriam ser contactados pelo Diretor de Departamento, a seu pedido, para frequentarem uma formação porque, o problema é grave para os Municípios, mas também para as Juntas de Freguesia que ficam obrigadas ao cumprimento da nova lei dos compromissos, que é uma coisa assustadora. Há dias, num debate na CCDR com a ANMP, o Presidente da CIRA mostrou-se preocupadíssimo pois, se aplicar a lei, tal como a proposta diz, os municípios não têm forma de funcionar e param. Apesar de tudo, este município ainda consegue ter “fundos disponíveis” para os encargos correntes. -----

Em relação ao Conselho Municipal de Segurança, não vale a pena reuni-lo sem a colaboração de todos os membros, designadamente na apresentação de assuntos para se incluir na ordem de trabalhos. Já foi enviado, em tempos, um ofício a pedir sugestões para a ordem de trabalhos e só foi recebida uma ou duas respostas. Se não for profícuo, não valia a pena agendar uma reunião do Conselho Municipal de Segurança. Aproveitou para dizer que havia uma imprecisão quanto às competências deste conselho, porque a prevenção contra incêndios não é competência do Conselho Municipal de Segurança, mas da Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios. Solicitou ao membro que sugerisse os temas a discutir e iria enviar uma carta a todos para dizerem o que queriam

sugerir para a ordem de trabalhos e discutir-se na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança. -----

Sobre a Rua das Eiras, deu uma explicação pois adivinhava que ia ser abordado esse tema nesta sessão. Aproveitou para entregar o dossier sobre esse assunto ao presidente da Assembleia, dizendo “se achar que alguma coisa está grave ou ilegal no dossier pode conversar com o Rui porque aceita responsabilidades, mas não há nada”. Aquele troço da igreja à casa do senhor Orlando está na empreitada dos “50 caminhos”. Há muito tempo, a Junta de Freguesia de Cedrim pediu para fazer o projeto de ligação para haver continuidade da igreja até à Lomba, mas numa parte está abrangido por uma zona que pertence à reserva agrícola. Não se viu inconveniente em fazer esse projeto, mas nunca estive na nossa expectativa incluir aquele pequeno troço na empreitada porque não era possível executar. Aqueles trabalhos ultrapassam os cinquenta mil euros e não poderiam ser incluídos como trabalhos a mais. No passado houve dois ou três proprietários que quiseram a desafetação daqueles terrenos porque, na verdade, estão num sítio em que não faz sentido que não seja para construção. Há esperança que, na revisão do PDM, se consiga passar essa mancha para construção. Só depois é que poderá ser feita a estrada e terá que ser lançado outro procedimento. Mas, em relação a uma casa que foi construída, que desconhecia ter sido licenciada e feita naquele local, possuía um estudo prévio aprovado ainda antes do processo de mandar fazer o projeto. E os estudos prévios, como se sabe, são vinculativos. Se os serviços técnicos emitem um parecer, não é obrigatório pedir-se uma informação prévia, mas se pedir, o projetista pede uma informação prévia, a qual se for favorável vincula a autarquia e confere o direito a indemnização caso não se autorize a construção. -----

Finalmente, sobre o mapa judiciário, disse ser um assunto preocupante. Referiu ter ido a várias reuniões, tendo recebido com muita satisfação a delegação do PSD, pois todos os contributos são ótimos. Mas, sobre um eventual recuo, disse não o ser, porque iria continuar a protestar se tentarem decidir por querer transformá-lo apenas num balcão, que era o que pretendem fazer, segundo informação dada pela ANMP. Mais disse: “um balcão para rececionar processos, isso não precisamos. Queremos é um tribunal que faça audiências ou que faça diligências de audição de testemunhas. Queremos que voltem algumas das competências ao tribunal. Podiam voltar as execuções, que desafogava Águeda que possui mais de vinte mil processos e está completamente sufocado.” Depois da preocupação, a consequência é votarem contra a lei e é a isso que iria estar atento. Espera-se que sejam coerentes com o que dizem e que votem contra. “Não acredito que tenhamos muita sorte neste processo, porque vir a excepcionar Município a Município não é uma boa solução. Tem que haver uma solução que tenha critérios objetivos”. -----

A próxima intervenção foi a de **José Luís da Silva e Almeida**, começando por referir que passaram uns dias de uma das mais importantes datas da nossa memória coletiva: “25 de Abril de 1974”. Esta Revolução, justamente apelidada dos cravos, é de todos os que acreditam que a Democracia é o melhor dos sistemas de governação dos Povos mas, e “há que o destacar, devemos-la a uns visionários que sonharam que ela era possível e mais do que isso, levaram-na à prática, arriscando a carreira e a própria vida. Mesmo podendo não concordar com o que dizem, temos de ser gratos a este punhado de heróis pois sou dos que pensam que não existe nada de comparável à Liberdade”. Também se aproxima o 1º de Maio e não vê no governo da república, uma atitude de respeito para com os assalariados deste país, antes são tratados com uma desconsideração como nunca se pensou assistir. “Numa empresa temos por adquirido que os maiores e melhores activos são as pessoas; as máquinas e equipamentos são facilmente substituíveis e são iguais para todos; o que faz a diferença são: *as pessoas*, o factor Humano”. Uma empresa que não siga este princípio, rapidamente será ultrapassada pela sua concorrência; num País a lógica é a mesma e quem não a seguir será derrotado pelos que agora desconsidera. Nem sempre damos valor a coisas, talvez as mais importantes, de tão banais, tomamo-las por adquiridas e basta recordarmos acontecimentos recentes no nosso País. É por isso que nunca é demais relembrar o espírito de Liberdade que está intimamente ligado a estas datas que, em sua opinião, são das mais importantes para Portugal. Aproveitou para informar que, na última

reunião da CIRA, foram focados vários assuntos relativos ao nosso concelho, em especial, a questão do tribunal, tendo o presidente deste organismo manifestado um claro apoio às nossas pretensões do seu não encerramento. -----

A próxima intervenção foi de **Cláudia Maria Rodrigues da Silva** que começou por dizer que, para hoje, trouxe duas grandes preocupações que já tem aqui trazido em outras assembleias. Uma delas é a desertificação e não pode deixar de voltar ao tema, até porque, não vê grandes iniciativas que contrariem esta tendência que o concelho tem. A preocupação de hoje é, sobretudo, porque teve conhecimento de que, numa freguesia considerada de grandes dimensões, Rocas do Vouga, uma instituição vai ter de fechar o infantário por não ter crianças. Disse haver qualquer coisa que se passa em todo o lado e também se passa aqui, provocando-lhe um nível de preocupação elevado, por não ser normal. Outro assunto relacionado com a desertificação, pode prender-se com a falta de identidade que algumas pessoas sentem em relação a este concelho, como acontece Talhadas. Isso, porque as pessoas de Talhadas não se identificam com a sede do concelho. Aliás, identificam-se mais com Águeda e Oliveira de Frades, dizendo que só vêm a Sever do Vouga para pagar. Realmente, Sever do Vouga, como concelho, como executivo, como instituição que governa, se não tomar medidas, possivelmente, cada vez mais vai perder população e, com isso, há pessoas que preferiam até, nesta reorganização administrativa, passar a pertencer ao concelho de Águeda. De facto, dá impressão que o concelho não tem soluções para quem cá vive. -----

Outra preocupação teve a ver com a VougaPark. Solicitou ao presidente da câmara que detalhadamente explicasse qual seria o apoio da escola profissional. Perguntando: “Que tipo de apoio é? Financeiro, técnico...? E, em que moldes é que isso se vai processar no futuro?”. -----

Mais disse, que também era preocupante sermos donos da VougaPark em noventa e sete por cento na cobertura de prejuízos. Pensando que “estava na altura de se fazer um balanço do projeto em si – quando foi criado e para quê. Com que finalidades e objetivos. Neste momento, quantos desses objetivos estão conseguidos? Se há perspetivas de serem alcançados mais alguns?” Depois desse balanço, entendia “ser oportuno passar-se a uma fase de reinvenção das finalidades do projeto. Se calhar, o projeto pode ser útil não só para aquilo que foi criado.” -----

Por último, disse e perguntou: “como pessoa que detém conhecimento mais profundo do projeto, como é que o senhor presidente da câmara perspetiva a VougaPark daqui a meia dúzia de anos?” Foram estas as questões que apresentou, “sobretudo, para que refletissem sobre elas e para que se repensassem, se é que há algo para se repensar”. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** interveio para dizer que não conhece a posição do órgão executivo em relação à desertificação, mas, o papel que esta Assembleia Municipal poderá ter será reivindicativo porque se temos ações concretas para evitar isso, não. Temos é que lutar para que o poder central pare de uma vez por todas esta voragem que tem de esvaziar o interior de certas valências.-----

A seguir, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, começando por referir que, “a comunicação social não está aqui hoje, e toda a gente imaginará porquê. Também gostava de poder estar onde está o senhor Presidente da República, na inauguração do Cine-Alba em Albergaria-a-Velha”. Presumindo que seja por aquele acontecimento. -----

Sobre o VougaPark, aconselhou uma consulta no site, se possível, até reunirem com a Diretora de Operações, para vos mostrar os objetivos que são os mesmos, pois não se pode reinventar nada. O VougaPark está vinculado aos objetivos pré-definidos e objeto de financiamento, que era a criação de uma “área de acolhimento empresarial”. “Isso está definido na lei e nos regulamentos do FEDER. Há participação comunitária e é para aqueles fins. Não podem ser alterados, se não teria de ser devolvida a participação.” --

A AEVA é uma associada, e trata-se de uma escola profissional de Aveiro, que entrou porque adquiriu as ações da Metalicis e estão muito empenhados como parceiros. A escola profissional tem muitas das valências que queremos ver na VougaPark. Já estão a implementar o CATEC (Campo Tecnológico da Escola Profissional de Aveiro) que funciona no Estádio Municipal de Aveiro e há uma série de ideias que propõem aos

acionistas para virem para cá, mas todas enquadradas naquilo que são os objetivos. Embora o Município detenha 97% da VougaPark, há muitos Municípios que detêm cem por cento. -----

Relativamente ao tema relacionado com desertificação, disse que na realidade há uma ligação muito forte entre Talhadas e Águeda. Há de facto, e disse bem, um problema muito grave, já constando de um estudo feito, através da Agenda 21 Local, onde constam esses dados, depois de efetuado um levantamento exaustivo. Nestes concelhos onde houve muita perda da população, verifica-se que há, de facto, uma taxa de natalidade muito baixa. Disse haver cerca de duzentos municípios, principalmente alguns das regiões autónomas, em que a redução da população é significativa. Nesta região, só Viseu é que cresceu, todos outros municípios perdem mais ou menos na mesma proporção. Referiu ter sido um dos temas discutidos na reunião com os deputados do PSD. Há um fenómeno relacionado com a migração para o litoral. Várias autarquias do interior tentaram as mais variadas soluções, designadamente através da construção de infraestruturas para tentar fixar jovens, por exemplo, com politécnicos e, ainda assim, o pessoal tende a migrar para o litoral. A informação que tem é que, se calhar, as finanças e a tesouraria vão encerrar. A ANMP está a fazer um estudo, que será concluído até Maio, e constata-se que há municípios, incluindo Sever do Vouga, que vão perder os serviços locais de Finanças e Tesouraria, o que é preocupante. Se já “fogem” daqui agora, cada vez será pior. “Falou na creche em Rocas. Mas, ainda ontem, um vereador do órgão executivo levantou essa questão e vou procurar saber mais sobre isso. Só existem seis crianças na creche e por muito incentivo e divulgação para os pais inscreverem as crianças na creche, que abrange as freguesias de Couto de Esteves e Rocas do Vouga, verifica-se que os mesmos não as colocam naquele equipamento, impedindo a manutenção daquela valência. Em Talhadas, onde foi inaugurada uma creche, ATL e centro de dia, a creche não abriu porque não há inscrições de crianças”. Acredita que muito disto se deve à crise, que leva a que os pais evitem determinados encargos, porque “todos nós sentimos as dificuldades da crise, mas há famílias que as sentem muito mais”.-----

Depois de concluídas as intervenções registadas no “período de antes da ordem do dia”, foram suspensos os trabalhos por um período curto, com vista à realização de um pequeno intervalo.-----

Alguns minutos depois, foram reiniciados os trabalhos, passando-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 2 - Ordem do Dia -----

2.1 – Reforma da Administração Local – Análise: - Foi dado conhecimento da proposta de lei n.º 44/2011, tendo o **Presidente da Assembleia Municipal** referido que, vários municípios têm tomado posição sobre esta proposta do governo e diria que, no seu entender meramente pessoal, será extemporâneo uma Assembleia Municipal estar a tomar uma posição definitiva esta matéria. Para já, é uma proposta de lei que, ao que se sabe, tem vindo a sofrer alterações. “Devemos discutir os critérios que estão subjacentes a esta proposta”. Desde o denominado “documento verde”, os critérios têm vindo a ser alterados. Pelos critérios enunciados no documento verde, este concelho de Sever do Vouga, não perderia alguma freguesia. Agora, no seu entender, sem qualquer critério vem impor a subtração de vinte e cinco por cento das freguesias de maneira aleatória e deixar a questão para as Assembleias Municipais, considerando que estar a impor uma situação destas é negativo. Na sua opinião, deve-se insistir e propor outros critérios. Então, dessa forma, o poder local, quer as assembleias municipais quer as assembleias de freguesia, decidiam se se extinguíam ou se se agrupavam. Ainda assim, fizeram chegar a si, e teve de informar os membros da Assembleia Municipal e o órgão executivo, do seguinte: já houve quatro freguesias que, formalmente, reuniram para tomar uma posição sobre este assunto. ----- Em Couto de Esteves a Junta de Freguesia vota contra esta proposta e a Assembleia de Freguesia aprova esta proposta de lei por maioria. Considera isto inócuo, porque a proposta de lei não é para ser votada. Quando esse diploma for aprovado e entrar em vigor, então as Assembleias de Freguesia poderão deliberar sobre esta matéria, fundamentando as suas propostas. -----

Em Paradela, quer a Assembleia de Freguesia quer a Junta de Freguesia, estão contra estes princípios, por unanimidade. -----

Em Dornelas, entendem o mesmo. -----

Hoje, chegou-lhe a informação da freguesia de Talhadas, que também não concorda com os critérios estabelecidos. -----

Também temos conhecimento de que houve uma reunião informal em Cedrim e que deixaram em aberto que a proposta será exequível, mas com uma condição, de não ser uma freguesia agregada, mas sim agregante. -----

Por último, considerou que a maldade desta proposta reside em pôr cegamente a extinção dos 25% das freguesias, dando essa odiosa decisão para os órgãos colegiais de cada concelho, e, quando não tomarem essa decisão, o problema passe para a unidade técnica, que é maioritariamente composta pelos deputados da nação, integrando apenas um representante da ANMP e outro da ANAFRE, para decidir sem conhecer a realidade de cada freguesia. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para dar a sua opinião e aproveitar para dar uma informação. Na última reunião da CIRA, foi transmitido que esta proposta de lei já não vai ser aprovada tal como está aqui. “Por exemplo, o presidente da Câmara de Ílhavo diz que o artigo que diz que os municípios com três freguesias ou menos, ninguém se extinguiria, e Ílhavo, de acordo com os critérios, teria de extinguir uma, pois tem quatro freguesias. Mas afinal, agora, passou a ser quem tem quatro freguesias não perde nenhuma. Como disse o senhor presidente da assembleia naquela primeira versão, estávamos todos convencidos, ao ler aquele livro verde da reforma da administração local, que não perderíamos nenhuma freguesia, só que a proposta de lei já vem dizer o contrário porque, certamente, com aquelas mudanças que tiveram que ser introduzidas”. Disse haver uma expectativa por parte do presidente da ANAFRE de que nos meios rurais se as Assembleias Municipais decidirem que não deve ser extinguida nenhuma freguesia, não serão extintas. Essa é uma opinião do presidente da ANAFRE e da qual duvida muito que aconteça. A Assembleia Municipal terá de se pronunciar na altura própria. -----

A seguir, **Rui Manuel Pires da Silva** usou da palavra para dizer que se considera muito crítico à reforma, até porque está a ser discutido apenas um dos eixos da reforma. Tirando a parte que toca às freguesias, pensa que esta reforma peca por ser pouco e tarde. É cem por cento contra o retirar de competências aos Municípios e atribuí-las às comunidades intermunicipais para daqui a cinco ou dez anos estarmos outra vez a debater o assunto. “Até podia ser a favor da extinção das freguesias se avançássemos com o processo de regionalização, aproximássemos o governo central das populações, dessem mais competências aos municípios para que pudessem trabalhar em articulação com os governos regionais e aí, sim, se calhar poderíamos pensar em extinguir as freguesias. Aquilo que temos aqui em causa é a agregação das freguesias e esta proposta de lei já é a segunda depois do livro verde que muita gente confundiu com uma lei ou uma proposta de lei, mas não era. Aquilo que me preocupa particularmente é que, desde o livro verde até à primeira proposta de lei, e agora a segunda, entre muitas alterações, há uma coisa que se mantém, que é as Assembleias Municipais continuarem a ter poder vinculativo em relação às decisões que aqui tomamos”. Referiu preocupar-se com isso por uma razão muito simples: “é lógico que ninguém aqui, e penso que falo por todos, vai votar a favor da agregação de alguma freguesia ou a sua extinção. Mas nós aqui conseguimos ter alguma sensibilidade para, se tivermos de escolher, e espero que não aconteça, escolhermos. Essa comissão de que o senhor presidente fala só tem um critério para a escolha, não pode ter outro, não conhece a realidade, nem as pessoas, nem a cultura. Só conhece aquilo que é errado, que são os números. Das duas uma, ou propomos alternativas a esta reforma, e ainda vamos a tempo, porque estou convencido que, na globalidade esta proposta vai passar, mas em pontos específicos vai ter que ser alterada, até porque eles não se entendem, ou então não vamos ser ouvidos e corremos o risco de alguém decidir por nós”. Uma coisa é certa, independentemente de estar mal ou bem, esta reforma vai avante. -----

Sugeri o agendamento de uma sessão extraordinária, única e simplesmente, para debate deste ponto e virmos todos para cá com ideias e propostas. Está a haver uma grande abertura por parte do governo e temos uma oportunidade para fazermos chegar, a quem de direito, as nossas opiniões e, também, uma solução porque única e simplesmente dizer que se é contra não é suficiente. “Embora pertença ao partido que tem o maior poder no governo atualmente, mas uma coisa é certa, no dia em que tiver de escolher entre a minha terra e o meu partido, não hesitarei e farei tudo o que estiver ao meu alcance para defender a nossa gente e a nossa terra. Por isso, coloco as politiquices de lado e está na hora de arregaçarmos as mangas e sermos uma só voz”. A sua proposta é, e deixa o critério ao senhor presidente, que tem competências suficientes para a marcação, mas se assim não o entender, a bancada do PSD pode e fará essa proposta para existir essa sessão extraordinária o mais rápido possível e, se falarem nas questões financeiras, falando por si, abdica da sua senha de presença para debater o interesse do seu concelho. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** tomou nota da sugestão e referiu ser evidente que nestes tempos mais próximos haverão mais novidades sobre isto e seria mais interessante e profícuo se, numa eventual assembleia extraordinária para o efeito, houvesse matéria mais assente para efetivamente ser tomada uma posição que fosse exequível.

Seguidamente, foi dada a palavra a **Cláudia Maria Rodrigues da Silva** que disse ter lido, realmente, a proposta de lei e não vota contra porque ninguém a ouve. De facto, a proposta em si, é um combate ao despesismo do estado, com o qual até concorda, agora os meios, os princípios e a forma de combate que o poder central arranjou para fazer algumas economias é que não lhe parece a mais correta. Depois, avançando no diploma para o anexo, onde Sever do Vouga desaparece como zona urbana, considera que os critérios para agregar têm de ser diferentes para zonas urbanas e zonas rurais. “O país não é uniforme, nem a nível de rendimento social, nem a nível de produção industrial, nem geograficamente, em quase nada. Portanto, não poderá haver uma reforma uniforme para o país inteiro”. É necessário haver critérios distintos. Na sua opinião, a proposta da Assembleia Municipal deveria, eventualmente, passar um pouco por aqui também, para transmitirmos o que somos em relação ao resto do país que nos faz reivindicar que não queremos extinguir freguesia nenhuma, porque todas são precisas. Na questão da contribuição do concelho para controlar algum despesismo público, porque é outra questão que merece uma reflexão profunda, de facto, se o concelho de Sever do Vouga está ou não a contribuir para os gastos públicos em excesso, e, “se chegarmos a essa conclusão, quais são os sacrifícios que estamos dispostos a fazer para dar o nosso contributo. Se fizermos uma proposta alternativa, vão querer alguma coisa em troca, vai ter de ser uma espécie de negócio. Recusar a proposta e apenas apresentar argumentos não é suficiente”. Partilha da posição do deputado Rui Silva que é, se calhar “o tempo que estamos aqui hoje não será suficiente para avançarmos com nada de concreto, até porque sabemos que vão sair alterações ao diploma”. -----

Seguidamente, interveio **José Luís da Silva e Almeida** para dizer que, há cerca de um ano alertou para a questão da “organização política do nosso País, em especial o das Autarquias” agora chamam-lhe “reorganização territorial” no documento que foi distribuído proveniente do Governo da Republica. “Se estamos num tempo em que é necessário e urgente ponderar o modelo de organização política do nosso País, em especial o das Autarquias também acho que começar pelas freguesias não foi o melhor caminho”. Se o objectivo era agradar à “troika” porque se poupava, este documento falha, pois não se vê qualquer argumento fundamentado em dados concretos que permita avaliar os eventuais ganhos da *proposta de lei* e até existem cenários em que se agravam os custos, porque passam a existir mais presidentes de junta a tempo inteiro e logo com o respetivo vencimento, o que não é o caso de concelhos rurais e dispersos como o nosso. Dizem, é “necessário acabar com 25% das freguesias do nosso concelho” e “eu pergunto porquê? E já agora porque não 30%, 10% ou todas?” A proposta não responde a esta e outras questões. “No contexto do nosso concelho, apenas concordaremos com a junção voluntária e apenas talvez seja redundante existir da Junta de Freguesia na sede do concelho”. Neste caso poderá existir sobreposição ou duplicação de funções. Soube que algumas

assembleias de freguesia já apreciaram e até votaram este documento. “Pelo critério da proposta de lei, *os tais 25%*, são necessárias extinguir 2 freguesias, se este número for conseguido numa forma concertada entre as que se pretendam aglutinar não colocamos objeções”. Mas, quem votou favoravelmente, na assembleia de freguesia, tem de saber que existem duas possibilidades ou aglutina ou é aglutinado e que não pode impor a sua vontade a freguesias vizinhas pois sabemos que não o aceitarão numa forma pacífica. Terminou reforçando que os princípios da proposta de lei tal como nos são apresentados não merecem a nossa aprovação mas, acredito que a versão final será muito diferente. “De qualquer modo não podemos deixar que outros decidam por nós pelo que concordamos com a realização numa sessão extraordinária para aprofundarmos este tema e concertarmos posições”. -----

O membro **Mário Coutinho Martins** quis intervir apenas para dar a informação de que a Junta de Freguesia de Sever do Vouga reuniu na passada sexta-feira e decidiu não se pronunciar para já e aguardar pelo desenvolvimento deste processo. -----

Seguidamente, o **Presidente da Câmara Municipal** quis acrescentar mais alguns aspetos em relação àquilo que foi dito, considerando que deve ser feita uma sessão extraordinária. No memorando da “troika” fala-se na redução substancial das freguesias mas, toda a gente sabe e a ANMP já se pronunciou, dizendo que a “troika” não sabia o que eram as freguesias, pensavam que era como as divisões administrativas dos países europeus. Pensavam que havia muita gente a receber dinheiro nas freguesias. Na maioria das freguesias, os funcionários são os presidentes de junta, os secretários e os tesoureiros. Recebem apenas uma compensação mensal que não é vencimento algum. “Estamos a falar de dezanove milhões de euros de toda esta despesa que é uma verba insignificante”. A ANMP teme que, com a agregação das freguesias a despesa possa mesmo aumentar. Em muitas freguesias, os presidentes de junta nem recebem vencimento, porque não reúnem eleitores suficientes para o receberem. Quando se agregarem, em muitos casos vão passar a ter os requisitos para auferirem uma remuneração e deixam de receber a compensação. Não vê aqui nenhum combate ao despesismo. Houve municípios que decidiram voluntariamente fazer propostas de agregação. “Curiosamente, alguns em meios rurais, por exemplo, no concelho de Arganil. A agregação deve ser feita voluntariamente. Podíamos defender que somos um concelho com um relevo acidentado, mas os critérios não vão ser esses”. A lei quando sair vai definir os critérios para extinção das freguesias. “O que gostávamos era que a lei tivesse o tal artigo que venha dizer que nos casos das Assembleias Municipais que decidissem pela não extinção de freguesias, então não devia haver qualquer extinção ou agregação”. -----

Depois destas intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse que se bem interpretou a posição dos intervenientes, “hoje será cedo para se tratar deste assunto com a profundidade que ele merece, quer por falta de elementos, quer por falta de tempo para o efeito”, e já agora, entendeu inserir na Ordem de Trabalhos este tema, “não fosse algum dos membros submeter qualquer tipo de votação”. Concordando com as posições, referiu: “vai-se acompanhando diligentemente os acontecimentos e as novidades e pedir aos senhores líderes de bancada, informalmente, quando o entenderem marcar-se uma reunião e depois marcar uma sessão extraordinária para o efeito já com mais elementos para fundamentação e tomada de posição sobre esta matéria”. -----

2.2 – Património: - Seguidamente, foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste Município. -----

2.3 – Prestação de Contas 2011: - O presidente da câmara iniciou por efectuar uma breve apresentação dos principais dados exarados nos documentos referentes à Prestação de Contas do ano económico de 2011, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea e), do n.º 2, do art.º 64º da Lei das Autarquias Locais. -----

Seguidamente, foi aberto um período de discussão onde se inscreveram alguns membros, tendo-se começado por registar a intervenção de **Cláudia Maria Rodrigues da Silva** que quis apenas perguntar se, “com esta mudança nas empresas publico-privadas, a dívida vêm um dia a ser transferida para o Município, pois é uma preocupação”. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu à pergunta, dizendo que a VougaPark faz a regularização quando tem saldos negativos a exemplo de todas as empresas municipais. Desde que seja feito sempre o equilíbrio de contas, que é o que tem sido feito, já não releva para o cálculo do endividamento municipal. Questão diferente é aquela que colocou. “Se a lei nos obrigar a extinguir a empresa, transita para o Município todo o património e transita a dívida, que são os empréstimos contraídos”, provocando uma alteração no endividamento do município. -----

Seguidamente, fez uso da palavra o membro **José Luís da Silva e Almeida** para dizer que a prestação de contas, ao ser acompanhada dos relatórios de gestão, tão exaustivos, é bem clarificadora da situação financeira do município. “Existem organismos oficiais e o Revisor Oficial de Contas para fazerem a análise e controlo técnico dos documentos, nós fazemos a sua leitura política. Sabemos que os tempos são e serão de contenção, e a execução orçamental reflecte essa realidade. Realçamos as poupanças com custos de pessoal e nalguns serviços da autarquia ao nível das despesas correntes. Nestas o aumento das despesas de índole social justifica-se porque a autarquia tem de acorrer a mais casos de famílias carenciadas e em situações mais graves. Facto, a que não é alheio o estado geral da economia do país. O objectivo de evitar desperdício de recursos está instituído na autarquia e daí esta dispor de capacidade de endividamento mas, e bem, não o usa porque dívidas são responsabilidades futuras. Os documentos da prestação de contas vão merecer o voto favorável da nossa bancada, até porque são relativos ao exercício de 2011 e, aqui numa opinião pessoal, já são factos consumados e talvez devessem ser apenas apreciados”. Após as intervenções e esclarecimentos prestados, para cumprimento do estabelecido na alínea e), do n.º 2, do art.º 64º da Lei das Autarquias Locais, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os documentos da prestação de contas de 2011, tendo-se verificando o seguinte resultado:-----

Vinte votos a favor – de Albino Tavares de Pinho, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Raquel Machado e Costa, António da Silva Portela, Belmiro Manuel Marques, Carlos Alexandre Arede da Silva, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Ercília Maria Marques Pedro, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaias, João Pereira Henriques, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes, Mário Coutinho Martins, Renata Liliana da Costa Marques e Rui Manuel de Jesus Nunes;-----

Nove abstenções – de Carla Susana Marques do Carmo, Cipriano de Arede Nogueira, Cláudia Maria Rodrigues da Silva, David Dias Cabral, Isabel Maria Soares dos Santos, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Rui Manuel Pires da Silva e Sandra Henriques da Silva.-----

3 – Outros Assuntos – Não foi apresentada qualquer proposta para ser apreciada.-----

-----3 - Período Destinado ao Público-----

Não houve intervenção do público.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----
